Exigências bizarras nos editais

Dar maior pontuação a candidatos com doutorado em seleções de nível médio e barrar quem perdeu dente são alguns absurdos

Flora Viguini

s concursos públicos são regidos por regras dispostas em editais, apresentadas previamente a fim de que seja observado o princípio da publicidade, moralidade e da isonomia.

Mas o que fazer quando as normas ditadas pelas seleções são discriminatórias e ferem o direito dos candidatos aos cargos?

Segundo a diretora pedagógica do Centro de Evolução Profissional (CEP), Ivone Goldner, sempre que se sentir lesado por alguma ilegalidade presente em um edital, o concurseiro deve recorrer à Justiça.

"As exigências ilegais e inconstitucionais em concursos não se resumem apenas a não ter tatuagens, não usar marca-passo, ter a arcada dentária completa, não sofrer de miopia. Os absurdos vão muito além disso, como aferir pontuação para candidatos com titulações de doutor em seleções de nível médio", disse.

Ivone ainda completa destacando outro tipo de ilegalidade que, geralmente, não é percebida pelos candidatos.

"Em algumas seleções é possível perceber que o prazo entre a publicação do edital e a data da prova é inferior a dois meses. Isso fere o princípio da razoabilidade", afir-

Para a diretora pedagógica do Maxximus Cursos e Concursos, Sabrina Aguiar, é comum presenciar bancas organizadoras de con-

🌈 Algumas vezes, o prazo entre o edital e a data da prova é inferior a dois meses. Isso é irregular ""

Ivone Goldner, diretora do CEP

cursos retificando editais.

"Muitas vezes, essas correções acontecem por questões de erros e irregularidades. Entretanto, em alguns casos isso só ocorre mediante a provocação do candidato, tanto na esfera administrativa quanto na judicial", contou.

VIRGINDADE

RESTRIÇÕES

Restrições estabelecidas em editais de concursos públicos – principalmente para as polícias civil e militar - têm sido constantemente eliminadas por decisões ju-

De acordo com a diretora do curso Imperium/LFG Samira Melo, os recursos são acatados pelo Poder Judiciário e, atualmente, 90% dessas decisões são favoráveis aos candidatos.

"Um dos principais objetivos do concurso é a garantia de uma atividade pública bem sucedida. Mas, para assegurar que isso aconteça, os candidatos devem ficar de olho em todo o processo que compreende o certame: do edital até a convocação dos aprovados", explicou a diretora.



Privilégio causou revolta

A advogada Tamina Brandão, 28 anos, ficou chocada quando leu sobre uma exigência em um edital de um concurso para delegado da Polícia Civil da Bahia.

"Na etapa de exames médicos, a candidata que apresentasse um laudo ginecológico atestando a sua virgindade estava livre de apresentar diversos outros exames médicos", disse.

Na época, o governador da Bahia, em conjunto com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), consideraram o item discriminatório e exigiram a retificação do edital.







refo Páblico Traile Tribution ja, Palitica Criminal e Segurança Publica. 1854 en Gestin Estratégica de Regocos

Direkt Constitucional Direito Empresarial Direits Previdenciario Directs do Comercio Internacional Formação de Professiones para a Educação Superior Juridica Formação Correctada rato e Processo do Trabalho: Pós Direito Nobela Registral Serviço Social e Gestão de Projetos Sociais

WEA en Gestio Público

MBA em Gestio de Proscos MSA em Gestio de Tecnologia da Informa VSA en Karleting e Verdas

Curso Ministério da Fazenda Assistente Técnico-Administrativo INICIO 22/02 *Garanta sua vaga!

Técnico bancário da Econômica Federal

Garanta sua vaga!

GRÁTIS: APOSTILA" COM 348 PÁGINAS : CD EDITAL E TESTES

PROCURE UMA UNIDADE IMPERIUM/LFG MAIS PRÓXIMA:

(27) 3324 1880 (27) 3340 6229 (27) 3324 4055

LINHARES (27) 3264 4080 (27) 3256 1181

VILA VELHA

(27) 3340 0474

CASTELO ARACRUZ (28) 3542 4150

CARIACICA SERRA (27) 3328 2131

(27) 3336 6529

CACHOEIRO

(28) 3522 2161

(28) 3522 1547

GUARAPARI (27) 3262 0010

S. MATEUS

(27) 3763 6022

B. GUANDU (27) 3732 3335

COLATINA (27) 3723 4848

N. VENECIA

(27) 3752 6216



